

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.566 - PE
(2018/0255513-0)**

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : WILSON CAMPOS DE ALMEIDA NETO (PRESO)
ADVOGADOS : CÉLIO AVELINO DE ANDRADE - PE002726
LEONARDO QUERCIA BARROS - PE029180
PEDRO AVELINO DE ANDRADE - PE030849
CAMILA ANDRADE DOS SANTOS - PE033341
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO. REITERAÇÃO DE OUTRO RECURSO. NÃO OCORRÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. *MODUS OPERANDI*. REITERAÇÃO DELITIVA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. QUESTÃO SUPERADA. SÚMULA N. 21/STJ. AGRAVO PROVIDO PARA IMPROVIMENTO DO RECURSO.

1. Não se tratando de mera reiteração do RHC n. 93.530/PE, deve ser reconsiderada a decisão que não conheceu do recurso nesse ponto.
2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada na gravidade do delito de homicídio triplamente qualificado, porquanto praticado contra a própria companheira no local em que conviviam, constando que estaria desnuda no banheiro, possivelmente sentada no vaso sanitário, quando atingida pelo disparo de arma de fogo, e na vivência delitiva do acusado, não há falar-se em ilegalidade do decreto prisional.
3. A superveniência da sentença de pronúncia faz com que seja superada a alegação de constrangimento ilegal relacionado à prisão, nos termos da Súmula n. 21 desta Corte. Precedentes do STJ.
4. Agravo regimental provido para negar provimento ao recurso em *habeas corpus*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento ao agravo regimental para negar provimento ao recurso em habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e

Rogério Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente e Relator

